

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: de FHC à Bolsonaro

HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: from FHC to Bolsonaro

Rodrigo Mamédio de Lima¹

Raí Vieira Soares²

RESUMO

O presente artigo analisa como as transformações contemporâneas do capital tem impactado a educação superior, sobretudo, diante deste contexto de crise estrutural do capital e conseqüentemente, o avanço do neoliberalismo sobre as políticas sociais. Neste sentido, traçamos algumas considerações acerca da educação superior no Brasil com foco na Educação a Distância (EaD), uma tendência do capital e que perpassa os interesses dos governos de FHC, do PT, Temer até o de Bolsonaro. Para subsidiar este recorte, nos apropriamos na pesquisa bibliográfica e no método materialista histórico-dialético.

Palavras-chave: Educação Superior. Neoliberalismo. Educação a Distância.

ABSTRACT

This article analyzes how contemporary transformations of capital have impacted higher education, especially in the context of the structural crisis of capital and, consequently, the advance of neoliberalism on social policies. In this sense, we outline some considerations about higher education in Brazil with a focus on Distance Education (EaD), a capital trend that permeates the interests of FHC's governments, from the PT, Temer to Bolsonaro's. To support this section, we used bibliographical research and the historical-dialectic materialist method.

Keywords: College education. Neoliberalism. Distance Education.

¹ Mestrando em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Serviço Social e Política Social e Graduado em Serviço Social, ambos pela UFT. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação e Exercício Profissional (GEPSSFEP/UFT). E-mail: rodrigouft@uft.edu.com.

² Doutor em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto do curso de Serviço Social da UFT e pesquisador do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS/UFT). E-mail: raivieira@uft.edu.br

1 INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas do capital têm influenciado consideravelmente a educação superior, principalmente, quando analisamos tais mudanças a partir da crise estrutural do capital, com amplo avanço do neoliberalismo sobre as políticas sociais, sendo a política de educação, uma das mais visadas pelo mercado. O processo de mundialização do capital e as interferências dos organismos internacionais sobre os países, tem tornado a educação uma mercadoria, um serviço a favor do capital, sendo a Educação à Distância (EaD), um exemplo claro dessas inflexões do mundo contemporâneo.

Diante disso, buscamos no presente artigo, traçar algumas considerações sobre as configurações da educação superior no Brasil, com destaque para os governos de FHC, do PT, de Temer até o governo de Bolsonaro, destacando os ataques proferidos pelos governos à educação superior, à universidade pública, principalmente, no governo Bolsonaro que usava uma ofensiva reacionária contra à ciência, a tecnologia, a cultura e a autonomia universitária.

Por fim, buscaremos também fazer um destaque sobre os programas que subsidiam o acesso e expansão de estudantes ao ensino superior, principalmente em instituições privadas e que ofertam a modalidade de Ensino a Distância (EaD), modalidade esta que recebe total apoio e interferência dos organismos internacionais nos governos brasileiros. Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão orientada pelo método materialista histórico-dialético de análise da realidade social.

2 AS CONFIGURAÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Temos o pressuposto de que tratar de educação superior é falar de espaços de disputas de diferentes projetos de educação e sociedade. A universidade é esse espaço de pensamento que possui uma força racionalista que tem como norte a ciência, que promove o uso autônomo e crítico da razão. Sabemos que com o amadurecimento do padrão de acumulação capitalista, esse espaço assumiu ásperos conflitos e influências de organismos internacionais, além de governos negacionistas, anticientificistas como o governo Bolsonaro, que deixou a desejar em relação à importância da ciência, da tecnologia e da cultura para o desenvolvimento da razão, do conhecimento e de um pensamento crítico.

Não são novidades os ataques que são lançados contra as universidades públicas que

atravessam ambos os governos desde os anos 1990 até a contemporaneidade como os processos de privatização e precarização. Além disso, ataques que vão contra a autonomia universitária, contra uma formação crítica. Um exemplo claro dessa falta de respeito à autonomia universitária pode ser observado quando a comunidade universitária escolhe democraticamente os reitores das instituições federais de ensino superior e, por sua vez, o governo Bolsonaro interferiu nomeando, geralmente, o último colocado da lista tríplice, o que Leher (2019, p. 16-17) vai pontuar em sua fala afirmando que o governo desrespeita “[...] as escolhas das comunidades universitárias em relação aos seus dirigentes e as agressões simbólicas contra sua comunidade e as instituições”.

Esse processo de desrespeito à universidade pública tão presente atualmente é reflexo da ofensiva reacionária de governos autoritários, negacionistas da ciência, da tecnologia e da cultura, que se apropria de *fake news* para desinformar a sociedade. Já podíamos prever que o ataque à universidade pública seria uma marca do governo Bolsonaro, haja vista que tanto ele quanto os seus defensores, começaram atacando a universidade já no contexto das eleições presidenciais de 2018, inclusive com apoio de setores do judiciário.

Essa postura desinibiu setores do judiciário que, nos dias que antecederam o segundo turno, editaram, em todo país, de modo articulado, decisões judiciais que possibilitaram gravíssima intervenção policial nas universidades, promovendo apreensão de faixas, cartazes, computadores, interrupção de aulas e debates por forças policiais, iniciativas que foram um teste para o Estado de Direito Democrático no país. (LEHER, 2019, p. 25).

Ações que ferem a autonomia universitária e o direito de se manifestar. Foi preciso o Supremo Tribunal Federal se posicionar em favor da liberdade e de respeito à Constituição Federal de 1988, além de defender os direitos fundamentais estabelecidos na Carta Magna:

[...] A decisão do STF foi um importante contraponto da Corte Suprema que exigiu o respeito à Constituição e aos direitos fundamentais estabelecidos na Carta como a liberdade de cátedra e a liberdade de expressão do pensamento. O STF sustou todas as medidas judiciais que indevidamente permitiram intervenções policiais nas instituições. A decisão, unânime, celebra os direitos fundamentais, os princípios que regem a liberdade de expressão nos domínios da educação, da ciência, da cultura e a autonomia universitária. (LEHER, 2019, p. 26-27).

Em fala desqualificada e de total falta de conhecimento histórico e social sobre as universidades públicas brasileiras, o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou

que a universidade brasileira é poluída de um “marxismo cultural” (LEHER, 2019, p. 25) e que é preciso combater essa ideologia. Outra falta de conhecimento é quando ele afirma que as universidades públicas gastam muito e não são reconhecidas como “universidades de excelência” (LEHER, 2019, p. 30), como são outras universidades internacionais. É lamentável a fala de Weintraub, pois as universidades públicas brasileiras têm uma vida muito recente se comparada às universidades seculares como as dos Estados Unidos, da Europa, da Ásia.

Outro fato que temos observado no contexto da educação superior brasileira diz respeito ao avanço do neoliberalismo, que por sua vez, influenciou a expansão de instituições de ensino superior privadas e programas de bolsas para estudantes nestas instituições. Ou seja, o neoliberalismo contribui decisivamente para a privatização da educação, com o apoio de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, UNESCO e outros. A educação superior passa a assumir um caráter mercantil à medida que o neoliberalismo começa a invadir as políticas sociais brasileiras, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Não podemos esquecer que durante os governos do PT (2003 a 2016), passando do governo Lula da Silva ao de Dilma Rousseff, houve uma expansão significativa do ensino superior público e privado, com presença esmagadora deste último, tornando neste período, a educação superior no Brasil, a mais mercantilizada do mundo. Assim,

[...]. Foi em nome da democratização do acesso à educação superior, notadamente no segundo governo de Lula da Silva e, a seguir, do governo Dilma Rousseff, que a mercantilização assumiu proporções que levou o Brasil a ter a educação mais mercantilizada do mundo. Apenas um único grupo, sob controle de diversos fundos de investimentos, especialmente estrangeiros, o grupo Kroton, possui mais estudantes do que todas as 63 universidades federais reunidas. E foi justamente no governo Rousseff que a expansão das universidades federais, verificada entre 2007 e 2013, passou a correr risco de continuidade, situação agravada, sobremaneira, com a Emenda Constitucional n. 95/ 2016. (LEHER, 2019, p. 79).

Além do Programa Universidade Para Todos (ProUni), que possibilitou a expansão do ensino superior nas instituições privadas, temos outros mecanismos usados pelo Estado, como o Financiamento Estudantil (Fies) criado em 1999, com FHC, que “[...] impulsionou a mercantilização da educação superior brasileira, a partir, sobretudo, do chamado novo Fies em 2010 [...]”, com o presidente Lula da Silva (LEHER, 2019, p. 172-173). Expansão, sobretudo, do EaD, com a massificação de cursos em diferentes instituições com fins lucrativos.

Esta discussão é complexa e árdua, principalmente, no contexto de crise estrutural do capital, no qual as políticas sociais sofrem duros cortes, ampliando assim, a pobreza, as

desigualdades sociais, a violência, o desemprego, a precarização, bem como restringe o acesso e permanência de estudantes em universidades públicas, principalmente, por conta dos contingenciamentos financeiros, afetando bolsas estudantis.

É importante destacar, assim como afirma Lima (2019), que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), entre 2003-2016, pactuaram uma política de “conciliação de classes”. Todavia, com o *impeachment*, de Dilma Rousseff, em 2016, assume o seu vice, Michel Temer (PMDB à época, MDB, atualmente), entre 2016-2018, que se encarrega de aprofundar as desigualdades econômicas com fortes ataques aos direitos da classe trabalhadora e, por conseguinte, às políticas sociais. A autora continua destacando que,

Se no período 2003-2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, a partir do ano de 2016 o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas, sob a direção do PMDB. [...] (LIMA, 2019, p. 517).

Os governos petistas buscaram ao longo dos mandatos uma coalisão de classes, atendendo os interesses tanto da classe trabalhadora quanto da burguesia. Já com Temer, essas alianças já não existiam. Temer tinha apenas o compromisso de atender as demandas do grande capital, sendo uma das saídas, a privatização de estatais e congelamento de gastos sociais, característico da política neoliberal influenciada pelo capital internacional e como expressão do ajuste fiscal. Assim, para a nova política de ajuste fiscal e dos investimentos privados, Temer tem no seu Programa de Governo o papel de valorizar o capital, reduzir ao máximo os gastos sociais e priorizar as privatizações de estatais.

A atuação do Estado deverá orientar-se, segundo o Programa, por ações que priorizem a privatização de áreas estratégicas do País; a redução de tarifas para o setor privado e o estabelecimento de parcerias público-privadas, complementando a oferta de serviços públicos. As políticas apresentadas no documento *Uma Ponte para o Futuro*, divulgado em outubro de 2015, serão materializadas pela aprovação pelo Senado Federal, em 13 de dezembro de 2016, da PEC 55 (PEC dos Gastos Públicos), atual Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, [2016a]) e pelo documento intitulado *A Travessia Social: uma ponte para o futuro*. (LIMA, 2019, p. 518, *grifos da autora*).

Neste contexto, a educação superior pública, é obrigada a desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro de um cenário de muitos desafios. Cortes nos orçamentos das universidades federais e nos institutos federais foram surreais. A própria PEC do Teto dos Gastos, atualmente Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que congela os gastos

públicos por 20 anos, foi um duro golpe às instituições públicas. Fato que contribuiu para uma expansão do sucateamento de atividades básicas das IFES, que inclusive, segue em curso em pleno 2024.

Como já frisamos, os organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial, tem influenciado a educação superior brasileira, tanto pública quanto privada, sobretudo, a última, no qual os governos vêm executando as diretrizes do BM, quando estimula a necessidade de ampliação e diversificação das Instituições de Ensino Superior, bem como dos cursos e das fontes de financiamento.

Nesta linha de pensamento, o governo Lula da Silva cria em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que dentre os seus objetivos, podemos destacar:

[...] aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração e dos ciclos (básico e profissional); incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos. (LIMA, 2011, p. 91 - 92).

Em síntese, podemos observar que a lógica do REUNI é justamente priorizar a expansão do acesso à educação superior, às vezes, a qualquer preço, defendendo o aligeiramento da formação profissional, cursos que possuam cargas horárias reduzidas, cursos à distância, aprofundamento da jornada de trabalho dos docentes e não tendo que se preocupar com o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, percebemos que os primeiros governos de Lula há um avanço avassalador do ensino à distância com forte implicações sobre a qualidade da formação de nível superior, contribuindo para a mercantilização da educação.

[...] A EaD configura-se, portanto, como uma via extremamente lucrativa para a expansão capitalista e a formação de intelectuais necessários à ordem burguesa, com a criação das primeiras Universidades Abertas na década de 1970 e sua expansão mundial a partir de então. (PEREIRA, 2009, p. 270).

A EaD no Brasil, surge grande ênfase a partir dos anos de 1990, pós-ditadura civil-militar, com apoio dos governos de Collor, Itamar e principalmente, no curso dos governos FHC, Lula da Silva e Dilma Rousseff. Infelizmente, desde a Constituição Federal de 1988, o que

percebemos é a apropriação privada dos nossos recursos públicos, da massificação da educação à distância e o desrespeito para com a Constituição Federal de 1988, para promover os interesses do grande capital.

É importante esclarecer que não somos contra a ampliação do acesso ao ensino superior pela população. Este acesso é uma demanda latente, inegável e cabe aos governos proporcionarem essa ampliação. Porém, precisa ser uma ampliação qualificada, técnica e pública. Essa ampliação e esse “[...] acesso deve ser um direito social, isto é, não mercantilizado [...]”. (PEREIRA, 2009, p. 272). É sem sombra de dúvidas uma luta da classe trabalhadora, que até pouco tempo, não ocupavam estes espaços de produção do conhecimento.

[...] A educação superior no Brasil surgiu como um privilégio social de poucos. Com sua lenta e limitadíssima expansão, na medida em que extrapolava minimamente os limites das fronteiras dos filhos da burguesia e das classes médias, passa a ser uma exigência do capital para qualificação e treinamento da força de trabalho que deveria atender às necessidades do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que servia como meio de propagação de valores e da visão de mundo burguesa (MOTA JUNIOR, 2019, p. 215).

Diante deste processo de expansão e mercantilização da educação superior, podemos observar que é uma disputa internacional. Não é uma realidade apenas brasileira. No próprio *site* do Banco Mundial³, podemos observar uma legenda em que destaca que o Grupo do Banco Mundial é no mundo, o maior financiador da educação em desenvolvimento. São mais de 80 países sendo influenciados pelo Grupo, que segundo ele, tem como propósito, ajudar tais países a alcançar uma “educação de qualidade”, oportunizando até 2030, o acesso e aprendizagem para quem não dispõe.

Na gestão do presidente Lula da Silva, a educação a distância foi amplamente defendida dentro do seu “[...] programa de governo, em face das dimensões continentais do país e das enormes desigualdades e carências”. (CARVALHO, 2014, p. 217). Essa “[...] política de expansão extensiva e intensiva do segmento federal no governo Lula tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades da educação superior em termos regionais” (CARVALHO, 2014, p. 222). Mas esta expansão é permeada por processos de precarização, aligeiramento e mercantilização da formação profissional.

³ Maiores informações e detalhes sobre tal assunto podem ser obtidos por meio do site do organismo internacional: <https://www.worldbank.org/en/topic/education>, Acessado em 07/02/2021.

É dentro dessa lógica de precarização e a banalização da oferta que surgem os cursos a distância, que não se destacam pela utilização de novas tecnologias, senão pelo uso de material sucateado e de má qualidade, comprometendo inteiramente o perfil de profissional que se deseja. O ensino a distância oferecido pelas universidades privadas são os novos nichos de mercado cobiçado por empresários de vários setores nacionais e estrangeiros (GUERRA, 2010, p. 728).

Outra questão que recai sobre a precarização da educação pública é justamente a negligência dos governos, de FHC até o governo Bolsonaro – período até então analisado – que por sua vez, privilegiam o grande capital, cortando substancialmente recursos das políticas sociais. De acordo com Castro (2008, p. 245), “[...] A redução do gasto público na educação, preconizada pelo ideário neoliberal, norteia, a partir da década de 1990, no Brasil, a formulação e a gestão das políticas sociais”.

Ainda dentro desta discussão, outra contribuição significativa diz respeito ao questionamento do autor Sguissardi (2015), quando ele questiona se estamos vivendo ou não, um processo de democratização ou massificação mercantil da educação superior? Ele enfatiza que no Brasil, a educação superior

[...] vive um intenso processo de transformação de um direito ou ‘serviço público’ em ‘serviço comercial’ ou mercadoria, isto é, um processo de massificação mercantilizadora que anula as fronteiras entre o público e o privado-mercantil e impede uma efetiva democratização do ‘subsistema’ no nível da graduação (SGUISSARDI, 2015, p. 869).

Reafirmamos que não somos contra a possibilidade de expansão da educação superior, porém, precisamos compreender que a massificação perpassa as vias privadas, por meio do EaD, sem muito se fazer uma reflexão crítica desta modalidade de ensino, o que pode influenciar na qualidade do ensino e na formação destes profissionais para atender o mercado de trabalho. Mesmo diante de todos os desafios impostos ao longo dos diferentes governos, sejam de direita, progressista e extrema-direita, não podemos deixar de lutar e buscar melhorias para a classe trabalhadora, para os estudantes, pesquisadores e para as infraestruturas universitárias, que atravessam tempos sombrios, principalmente, durante o governo Bolsonaro que tentou cercear o direito de se manifestar nos mais diversos espaços democráticos.

Mesmo diante de todas as tentativas de enfraquecimento do Estado Democrático de Direito iniciado com o golpe de 2016, que destituiu a então eleita democraticamente, Dilma Rousseff (PT), não podemos deixar o autoritarismo conservador e a extrema direita nos abalar.

É importante esclarecer que o *impeachment* construído em 2016 foi um duro golpe contra a limitada e frágil democracia na realidade brasileira. Compartilhamos das palavras:

O Brasil passa, desde 2013, por uma crise econômica e política sem precedentes. [...]. Na frente política, há uma grave crise institucional, levando ao esfarelamento da Constituição de 1988. A presidenta eleita foi impedida por uma coalisão de elites, e muitos líderes políticos acabaram implicado numa constelação impressionante de escândalos de corrupção turbinados pela grande imprensa. [...]. (SAAD FILHO, 2018, p. 243).

É importante pontuar que desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, tanto Temer (MDB) quanto o governo de Bolsonaro, legitimaram e aprofundaram o ajuste fiscal, engessando todos os recursos públicos para com as políticas sociais. Nesse sentido, compartilhamos das palavras de Bretas (2019), quando ela destaca que,

[...]. Sob o véu do engessamento orçamentário, e munido de uma subserviência aos interesses do capital internacional sem precedentes, o governo Bolsonaro transforma em chacota a importância de financiamento dos direitos constitucionais e defende a flexibilização do orçamento sem pudores. (BRETAS, 2019, p. 11).

O governo Bolsonaro, além de fazer chacota, ainda fez questão de junto com sua equipe, afirmar que se gasta muito com políticas sociais, a exemplo da educação. Busca a todo custo reduzir ao máximo os financiamentos das políticas sociais, enquanto em plena pandemia da COVID-19, muitos morreram nos hospitais por negligência deste governo, que defendeu o uso de remédios sem eficácia, a exemplo da cloroquina, enquanto faltava oxigênio em hospitais, como no Estado do Amazonas, onde pessoas morreram agonizando por conta do coronavírus.

Não obstante, o governo Bolsonaro, apresentou por meio de seu ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, em julho de 2019, o projeto de lei que institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – *Future-se*. Segundo afirma Bretas (2019), o programa em si tem como proposta estimular ainda mais o papel do grande capital dentro das Instituições de Ensino Superior Públicas, ampliando substancialmente, a financeirização da educação. A autora destaca que,

Um de seus principais objetivos é estimular a transformação das IES públicas em universidades inovadoras e empreendedoras, consolidando a lógica capitalista no conjunto de atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico. Vale destacar que este processo já está em curso de diversas maneiras: a presença das fundações de apoio e de empresas no interior das universidades, a criação da Empresa Brasileira de Serviços

Hospitalares (EBSERH), o produtivismo acadêmico estimulado pelas agências de financiamento de pesquisa, dentre outras formas. [...]. (BRETAS, 2019, p. 16).

Sabemos que a luta por uma educação pública e de qualidade requer uma formação de base capaz de enfrentar as imposições de governos autoritários como o de Bolsonaro. Governo este que criminalizava movimentos sociais, espalhava *fake news*, ódio e a violência contra as “minorias” e as instituições públicas. Não podemos, no entanto, deixar de realizar enfrentamentos coletivos diante deste tipo de representante, pois, os direitos sociais, frutos de muita luta e resistência, correm sérios riscos de ficarem obsoletos nas páginas da nossa história, principalmente, quando nossos representantes ficam alheios às causas sociais e aos interesses do povo brasileiro, fortalecendo apenas o grande capital.

O governo Bolsonaro, incansavelmente, reforçou a violência nas redes sociais e na sociedade de forma geral, inclusive apoiando e aprovando projetos que facilitavam o porte e a posse de armas de fogo. Algo que a nosso ver, contribuiu incisivamente para aumentar a violência num país tão violento como o Brasil. Em vez de investir em políticas sociais, como educação, saúde, habitação e tantas outras, acaba deixando a população submersa na linha da pobreza.

Por fim, é fundamental fortalecer as lutas da juventude, da classe trabalhadora e todos aqueles que defendem uma educação laica, pública, de qualidade, presencial e crítica, para que façamos uma defesa intransigente desta importante política pública. Que possamos fortalecer a nossa democracia e lutar por escolas e universidades como espaços de formação crítica, formação política e social, comprometidas em construir espaços democráticos e de pluralismo de ideias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que este debate ele não se encerra nos limites deste artigo pois estamos cientes de que precisa ser amplamente refletido e debatido na academia, principalmente por entendermos que os organismos internacionais são interferências em prol da reprodução do grande capital e que não aceita uma sociedade crítica e conhecedora dos seus direitos. Precisamos continuar na luta por uma educação pública, gratuita, presencial e de qualidade, e que os sujeitos inseridos nestes espaços de conhecimento, sejam capazes de promover a produção do conhecimento através do tripé: ensino, pesquisa e extensão, condições essenciais

de uma universidade pública, gratuita, presencial, laica e de formação de pessoal qualificado e crítico.

Uma universidade que seja capaz de proporcionar aos seus estudantes uma visão crítica da realidade e em momentos tão tenebrosos como os vividos atualmente, em que temos um governo no poder que nega a ciência, a cultura, a pesquisa, o ensino, a extensão, e que desrespeita os direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora, é o que defendemos. Para tal, precisamos continuar defendendo a democracia, a política de educação pública não mercantilizada, assim como é nosso papel combater os discursos de ódio, violência, racismo, homofobia, transfobia, ideologia de gênero, preconceito, xenofobia, esses discursos reacionários e conservadores tão proferidos pelo governo de Bolsonaro e outros setores que continuam a reproduzir estes discursos e práticas mesmo após as eleições presidenciais de 2022.

REFERÊNCIAS

BRETAS, Tatiana. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. *In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 11, n. 3, p. 7-18, dez, 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

CASTRO, Alba Tereza Barroso. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na Universidade e as cotas. *In: MIOTO; SANTOS; BEHRING e BOSCHETTI (org.). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, nº 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In: Revista Katálysis (Impresso)*, Florianópolis: vol. 14, nº 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 513-524, set./dez. 2019.

MOTA JUNIOR, William Pessoa. O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010). *In: Revista Avaliação*, Campinas: Sorocaba, SP, v. 24, n. 1, p. 213-233, mar. 2019.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *In: Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009.

SAAD FILHO, Alfredo. Conclusão: crise do neoliberalismo, crise da democracia. *In: Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *In: Revista Educação e Sociedade*. Campinas/SP: v. 36, n. 133, p. 867-889, out. - dez. 2015.